



Case RE 568073/RN

RE 568073/RN, Supremo Tribunal Federal [Federal Supreme Court] (2007).

Country: Brazil

Region: Americas

Year: 2007

Court: Federal Supreme Court

Health Topics: Health care and health services, Medicines, Poverty

Human Rights: Right to health, Right to life

Facts

The Court of Justice found that the State of Rio Grande do Norte had the obligation of providing high-cost medication, free of charge, to an indigent individual suffering from melanoma. The Court of Rio Grande do Norte had previously dismissed an interlocutory appeal brought by the state. The State of Rio Grande do Norte filed an extraordinary appeal against the decision of the Court of Justice of Rio Grande do Norte.

Decision and Reasoning

The Court upheld the decision of the lower court and dismissed the appeal, affirming that under the constitutional rights to life and health, the state bears the responsibility to provide high-cost medications free of charge to those who cannot afford them, including those living with HIV. The Court observed that the protection of constitutional rights to life (Article 5) and health (Article 196) trump the state's financial and secondary interests. The government must ensure universal and equal access to health care through responsible economic and social policies. The Court emphasized that it is essential for the government to go beyond the "constitutional declaration" of the right, especially when the right (such as the right to health) is a "legal priority," meaning that it stems from people's power to claim from the government the benefits guaranteed by the Constitution. The Court also reiterated that the essential nature of the right to health to all people derives from the inseparability of the rights to health and life. Finally, the Court pointed out that programs that provide essential medicines to those in need give effect to fundamental principles of the Constitution, namely Articles 5 and 196, and constitute a sympathetic gesture and appreciation for the lives and health of people, particularly of those who have nothing but awareness of their humanity and dignity.

Decision Excerpts

"O direito à saúde, preconizado na Constituição Federal, constitui um dever do Estado para com a população, não sofrendo qualquer restrição. Dentro deste direito, encontra-se o de ampla assistência farmacêutica, com o fornecimento de medicamentos de alto custo para quem deles necessite."

"Na realidade, o cumprimento do dever político-constitucional consagrado no art. 196 da Lei Fundamental do Estado, consistente na obrigação de assegurar, a todos, a proteção à saúde, representa fator, que, associado a um imperativo de solidariedade social, impõe-se ao Poder Público, qualquer que seja a dimensão institucional em que atue no plano de nossa organização federativa. A impostergabilidade da efetivação desse dever constitucional desautoriza o acolhimento do pleito recursal ora deduzido na presente causa."

"Tal como pude enfatizar, em decisão por mim proferida no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal, em contexto assemelhado ao da presente causa (Pet 1.246/SC), entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado a todos pela própria Constituição da República (art. 5º, "caput", e art. 196), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo - uma vez configurado esse dilema - que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humanas."

"Cumpra não perder de perspectiva que o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República. Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder

Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econ micas que visem a garantir, aos cidad es, o acesso universal e igualitário   assistência médico-hospitalar. O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro (JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, "Comentários   Constituição de 1988", vol. VIII/4332-4334, item n. 181, 1993, Forense Universitária)- não pode converter-se em promessa constitucional inseq ente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado."

"O sentido de fundamentalidade do direito   saúde - que representa, no contexto da evolução histórica dos direitos básicos da pessoa humana, uma das expressões mais relevantes das liberdades reais ou concretas - impõe ao Poder Público um dever de prestação positiva que somente se terá por cumprido, pelas instâncias governamentais, quando estas adotarem providências destinadas a promover, em plenitude, a satisfação efetiva da determinação ordenada pelo texto constitucional. V -se, desse modo, que, mais do que a simples positivação dos direitos sociais - que traduz estágio necessário ao processo de sua afirmação constitucional e que atua como pressuposto indispensável   sua eficácia jurídica (JOSÉ AFONSO DA SILVA, "Poder Constituinte e Poder Popular", p. 199, itens ns. 20/21, 2000, Malheiros) -, recai, sobre o Estado, inafastável vínculo institucional consistente em conferir real efetividade a tais prerrogativas básicas, em ordem a permitir,   s pessoas, nos casos de injustificável inadimplemento da obrigação estatal, que tenham elas acesso a um sistema organizado de garantias instrumentalmente vinculado à realização, por parte das entidades governamentais, da tarefa que lhes impôs a própria Constituição."

"Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito - como o direito   saúde - se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional. Cumpre assinalar, finalmente, que a essencialidade do direito   saúde fez com que o legislador constituinte qualificasse, como prestações de relevância pública, as ações e serviços de saúde (CF, art. 197), em ordem a legitimar a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário naquelas hipóteses em que os órgãos estatais, anormalmente, deixassem de respeitar o mandamento constitucional, frustrando-lhe, arbitrariamente, a eficácia jurídico-social, seja por intolerável omissão, seja por qualquer outra inaceitável modalidade de comportamento governamental desviante."

"O direito público subjetivo   saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econ micas id neas que visem a garantir, aos cidad es, inclusive   queles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário   assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito   saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa conseqüência constitucional indissociável do direito   vida."

"O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inseq ente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado."

"O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive   queles portadoras do vírus HIV/AIDS, d i efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5 , caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apre so   vida e   saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade."